



## **ATA DA 98ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA**

30 de Janeiro de 2015 – 9 horas

### **Expediente:**

- I. Aprovação da ATA da 95ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 27 de outubro de 2014;
- II. Aprovação da ATA da 96ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 28 de novembro de 2014;
- III. Aprovação da ATA da 97ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 12 de dezembro de 2014;
- IV. Sugestão de Inclusão de Pauta.

### **Ordem do dia:**

- I. Apresentação sobre a Prestação de Contas dos Ecopontos no Município de São Paulo – Sra. Maria Salete Marreti – AMLURB / SES;
- II. Apreciação e deliberação sobre Contratação dos Serviços de Vigilância e Segurança para os Parques Municipais que integram o Grupo Itaquera. (PA nº 2013-0.288.185-6). Valor Total: R\$ 7.565.342,30;
- III. Apreciação e deliberação sobre Contratação dos Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial Desarmada para os Parques Municipais que integram o Grupo Sul. (PA nº 2013-0.164.017-4). Valor Total: R\$ 5.453.074,60;
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Contratação dos Serviços Técnicos de Manejo e Conservação dos Parques Urbanos, dos Viveiros Municipais dos Parques Naturais e das Áreas de Proteção Ambiental – Agrupamento VII (Lote 07 – Parque Ibirapuera). (PA nº 2014-0.307.071-3). Valor Total: R\$ 13.566.843,56
- V. Apreciação e deliberação sobre Contratação dos Serviços Técnicos de Manejo e Conservação dos Parques Urbanos, dos Viveiros Municipais dos Parques Naturais e das



---

Áreas de Proteção Ambiental – Agrupamento VI (Lote 06 – Sudeste Sul). (PA nº 2014-0.313.375-8). Valor Total: R\$ 4.929.182,55;

- VI. Apreciação e deliberação sobre Contratação dos Serviços Técnicos de Manejo e Conservação do Parque do Carmo. (PA nº 2014-0.271.576-1). Valor Total: R\$ 4.836.638,55;
- VII. Apreciação e deliberação sobre Contratação dos Serviços Técnicos de Manejo e Conservação do Agrupamento V (lote 5-Sul) parques municipais Guanhembu, Linear Cocaia, Linear Caulim, Linear Nove de Julho, Guarapiranga, Aristocrata e Linear Castelo. (PA nº 2014-0.313.380-4). Valor Total: R\$ 5.126.512,82;
- VIII. Apreciação e deliberação sobre Contratação dos Serviços Técnicos de Manejo e Conservação dos Parques Municipais do Grupo Leste II: Nebulosas, Guabirobeira, Jardim da Conquista, Jardim Sapopemba, Lajeado, Guaratiba e Aterro Sapopemba. (PA nº 2014-0.313.384-7). Valor Total: R\$ 5.799.189,71;
- IX. Apresentação e Deliberação dos Ajustes do Projeto Educação Ambiental para Transição Agroecológica nas Áreas de Proteção Ambiental Bororé-Colônia e Capivari-Monos – da Instituição 5 Elementos. – Apresentação Simone – CAV Fema 10



**Coordenadora Geral do CONFEMA: Sra. Claudete Valdelena de Carvalho:** Conselheiros, vamos começar. Bom dia a todos e todas. Começamos a 98ª reunião plenária ordinária do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo. Hoje, dia 30 de janeiro, sexta-feira, 9h00, aqui na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Passo a palavra para o Secretário Vanderlei Meira.

**Secretário Wanderley Meira do Nascimento:** Bom, bom dia a todos e a todas por mais uma reunião nossa, do CONFEMA, 98ª. Eu sempre uso esse espaço aqui para tecer umas considerações rápidas. Porque, hoje, me parece que a pauta é bastante extensa. Mas tenho uma observação importante a fazer, que é este momento que nós estamos vivendo hoje, da crise hídrica que, no nosso entendimento, a gente está vivendo uma segunda fase, e isso fica bem explicitado pela própria mudança no quadro técnico da Secretaria, da SABESP, e do Secretário de Recursos Hídricos. Na verdade, são pessoas conhecidas nossas já, de longa data, são pessoas muito sérias, são pessoas competentes, pessoas respeitadas aí no meio acadêmico, e científico, e que a gente tem certeza que eles estão aí para cumprir um papel que não é mais aquele papel da primeira fase. Essas pessoas são sérias. Essas pessoas não vão cometer os mesmos erros do passado. Isso a gente pode quase que afirmar. Porque o Benedito, eu conheço muito bem, o secretário de Assuntos Hídricos também. Eu entendo que eles vieram para essa fase, que é uma fase mesmo, muito séria e crítica. Quer dizer, eles vieram para dizer que a crise chegou. E se alguém quiser fazer com que eles façam outro discurso, eu tenho a impressão que eles não vão topar isso. Então eu acho que eles vão ter que ter... Talvez deem autonomia para eles mesmos encarar esse processo. É um processo muito sério, que vem aí, pela frente. Já estamos discutindo um plano de contingenciamento. Todos vocês ficaram sabendo pela imprensa. Que houve uma reunião, Fernando Haddad mais 35 prefeitos da região metropolitana. Isso aí envolve algo em torno de 20 milhões de habitantes. Não é pouca coisa. E a partir daí, está se esboçando um plano de contingência, e a formação de um comitê de crise, que vai envolver representação do estado, dos prefeitos e, de hoje até segunda, terça-feira, a gente acredita que esse esboço tenha sido montado. Em função disso, ainda ontem, começamos a esboçar um desenho que a gente entende que deva ter também um plano de contingenciamento por parte da prefeitura de São Paulo, também. Porque uma coisa é cuidar no atacado, e outra coisa é cuidar no varejo. Então a gente entende que tem que ter um plano de contingenciamento também, no âmbito da prefeitura, e um Comitê de Crise também, no âmbito da prefeitura. Evidente que a gente tem que ter um tratamento mais voltado para os equipamentos públicos, que não são poucos. Na cidade de São Paulo são em torno de 3500 equipamentos. Só de escola, são 1300 e alguma coisa, se eu não me engano. E contando a área de saúde, creches, enfim, aí dá esse número aí de 1300 e pouco. Eu acho que... Aí é uma visão. Não estou falando em nome do governo. Estou falando agora em meu nome mesmo. Acho que a situação talvez seja um pouco pior do que a gente imagina. Eu penso que a população não caiu a ficha ainda. E grande parte dos dirigentes políticos também não. Eu não sou nenhum técnico especialista da área, mas procuro conversar bastante com vários especialistas. Não se tem solução de curto prazo. Não tem milagre. A solução de médio prazo, em uma visão otimista, é uma obra de três a quatro anos. Em uma visão pessimista, uma obra de cinco a sete anos, que é a transposição das águas do Ribeira. Esse é um projeto bem firme e seguro, mas não para o médio ou para o curto. O que o governador hoje deve estar discutindo com a presidente Dilma é em respeito ao Paraíba do Sul, que eu também não entendi muito bem até agora. Porque a própria imprensa e a própria comunidade científica já fala como é que está o Rio de Janeiro, e fala das condições do Paraíba. Então não sei o que é isso, de se colocar um recurso para fazer essa transposição onde já não existe quase nada também. Então eu não consigo entender muito bem esse projeto. A não ser que tenha mais informação que a gente não conheça. Mas o quadro é esse. E outro quadro que se agrava mais, a semana passada, a gente teve uma reunião com uma pessoa que é responsável pelo controle de climatologia no estado de São Paulo. É quem fornece todos os dados para



todos os órgãos, e ele foi muito objetivo e claro: ele falou assim: olha, climatologia não é matemática. Dois mais dois dificilmente dará quatro. Mas a gente trabalha com estatística. Então o que ele colocou, de uma maneira muito simples, é que os índices pluviométricos estão bem abaixo da média. E que para superar, em um curto espaço de tempo, a ponto de resolver o problema, a cidade de São Paulo ficaria submersa. Como a cidade de São Paulo nunca ficou submersa, ele falou, evidentemente, essa chuva não virá agora. Entendeu o que eu quis dizer? Pelo espaço de tempo, isso não vai acontecer. O que precisa. Se acontecer, a cidade fica embaixo d'água. E isso, quem falou, não fui eu. Quem falou foi um técnico especialista no assunto. Eu penso que o que nós vamos ter que fazer no curto prazo, ontem eu estive em Brasília no Ministério do Desenvolvimento Social, nós fomos conversar com a ministra e os técnicos que fizeram aquele projeto no semiárido. Foi um projeto muito interessante. Um projeto que deu certo. Que são as cisternas. Captação de água de chuva. Só tem um problema. Primeiro, aqui não é semiárido. Segundo, eles não têm experiência nenhuma em cidade. Aquilo lá era um projeto para a área rural. Existe a tecnologia, mas ela vai ter que ser readequada para uma situação urbana, e em uma escala da cidade de São Paulo, que a gente não precisa tecer considerações. Então os desafios são enormes. Eu penso que eu acho que a melhor ação seria mais a mobilização. Ou seja, você capacitar algumas pessoas, depois fazer aí, os multiplicadores. E que a própria população aprenda, rapidamente, a captar água da chuva e reservar. É uma logística muito complicada. É uma logística de guerra em uma cidade de São Paulo. Mas a gente acredita aí, que nos próximos dias, com certeza, nós temos que ter pronto esse contingenciamento. Com certeza também, vamos ter que dar uma readequada nos recursos. Porque os recursos, com certeza, vão ser canalizados para esse fim. Mas aí, o prefeito, na hora certa, com certeza também, ele vai ter a palavra, claro, para explicar melhor a situação. Vamos ver o que acontece na reunião hoje do governador Alckmin com a presidente Dilma. E na sequência, o prefeito Haddad deve estar indo para Brasília também, no começo da semana com os representantes da região metropolitana. Não todos, mas me parece que eles elegeram aí uma representação de cinco, seis prefeitos. Que cada um representa um consórcio. E aí sim, vão estar lá, representando os 36. Bom, esse é um pouco do quadro. Eu venho falando isso faz tempo. Eu acho que quem me conhece aqui tem ouvido isso. Que o Ministério ontem, ficou muito assustado, que eu levei alguns outros dados que eles não conhecem, e também não tinha o porquê conhecer. Nem obrigação de conhecer. Eu tenho falado desde o início que ninguém vai morrer de sede a curto prazo. Mas pode morrer de epidemia. A cidade de São Paulo tem 50% do esgoto tratado. Isso não precisa ser especialista. Ora, se eu tenho um riacho, se eu tenho um curso d'água que tem 50% de água, 50% de fezes, a hora que não tiver água, como é que vai fazer? É isso. E aí, têm uma série de outros desdobramentos na agricultura, que já está se falando de cortar 20 a 30% e quem está falando é o próprio governo. Hoje, se vocês quiserem contratar um pipa, eu duvido que vocês vão conseguir contratar. Que eles estão todos demandados na indústria. Claro. A indústria correu na frente, e demandou. Sob pena também, de parar aí, outro setor importante. Mas infelizmente, este é o quadro. E que, portanto, não é o momento mais de estar aqui fazendo esse embate político, a partidarização, politização, satanização, esquece isso. Agora, nós temos que confluir para um único objetivo. Tentar montar esse plano aí a cem mil, duas mil mãos. E tocar para frente, ver como é que a gente encara isso. Com certeza, nós vamos encarar. A cidade de São Paulo, ela tem essa característica de encarar os desafios. Nós vamos encarar mais um. Só que dessa vez, nós temos que encarar com uma participação efetiva. Não é mais aquela participação teórica da população. Se a gente não tiver a população do lado nesse momento, qualquer plano sucumbe. Mas o quadro era esse. O outro, Brasília também, a gente não discutiu só essa questão. A gente discutiu um pouco no BID de recursos de financiamentos aqui para a cidade de São Paulo. Em especial, na área de educação ambiental. Para sorte nossa, tem uma representante hoje, do Banco, que é a Daniela, que eu já conhecia desde que eu fui Secretário em Angra, e ela é uma especialista em meio ambiente. Agora, como ela subiu de cargo, eu fui correndo lá,



porque eu tinha a certeza que ela ia ser sensível a esses projetos. Até porque o BID disse já está um pouco cansado de fazer grandes investimentos para grandes projetos com pouquíssimo resultado. Eles citaram a Baía de Guanabara, que ali foi colocado muito recurso com pouco resultado. Citaram o Rio Tietê, com recurso também para despoluição, com educação ambiental, que teria que envolver a população do entorno, enfim... Que a gente não viu isso aqui. Eu, pelo menos, não vi. Então com todos esses projetos aí, do passado... E a gente sinalizou, levou alguns. E ela gostou muito do projeto de coleta seletiva na rede municipal. Ela me entendeu rapidamente, que é um projeto dirigido diretamente para 3 a 4 milhões de pessoas. Se a gente tem 1 milhão de crianças, mais a família, ela entendeu isso muito rápido. Que não é uma educação ambiental fictícia. Talvez vá atingir... Não. Isso atinge direto. Vai à casa do cidadão, na hora. Falamos um pouco dos polos de educação ambiental, que aqui já foi discutido, e eu disse que tem que ter um espaço físico para isso. Para que ele seja mais perene. E levamos outros projetos da Secretaria, também. Então isso foi uma coisa positiva. Outro ponto positivo, e depois uma outra reunião, já com a ministra Isabela, que a gente discutiu um pouco sobre os marcos regulatórios do Brasil, da importância deles. E que o meio ambiente deveria estar discutindo mais, e colocando mais marcos regulatórios, influenciando cada vez mais também, nas direções do governo, nos diversos ministérios. Fazendo na prática, essa transversalidade. Que eu falei para a Ministra que é uma situação parecida que a gente vive aqui. É igual. Cada vez mais a Secretaria do Meio Ambiente sendo demandada, cada vez menos recurso, e a sustentabilidade fica um discurso meio pairando no ar, muito mais teórico do que na prática. Então falei: ministra, a gente vive então uma situação bem parecida com a sua. E aí, eu aproveitei a oportunidade, que ela gostou muito. Ela já chamou, inclusive, um assessor rapidamente para iniciar o processo de discussão do Plano Nacional de Arborização Urbana, que eu levei para ela. Ela gostou bastante da ideia. Disse que não tem momento melhor para se fazer isso, do que agora. Sobretudo nessas condições que a gente está vivendo aí, de adversidade climática, etc. Então teve o lado bom, também, da viagem. E então, e eu espero contar com todos. Já falei, inclusive, com a Claudete também. A gente vai precisar muito dos Conselhos de Parque. A gente vai precisar muito do CADES. Assim, todos os Conselhos, eu acho que serão os primeiros a serem solicitados para que façam essa capacitação rapidamente, para que eles virem multiplicadores. Essa é uma proposta que eu fiz ontem, que eu acho que, além dos professores, claro, os médicos, etc. Bom, vamos tocar nossa reunião. A pauta é extensa. Nós estamos vivendo também outro momento aqui na Secretaria. Vocês devem ter acompanhado a Globo, que ela me elegeu essa semana... A Globo elege. Cada semana, ela elege um. O de plantão. Essa semana sou eu que estou de plantão. A gente já sabe que o próximo de plantão deve ser o Jilmar. Assim a gente vai até... Vamos ver até onde que vai isso.

**Oradora não identificada:** Começou hoje com a CET.

**Secretário Wanderley Meira do Nascimento:** Começou? Adiantou então. Porque era para a semana que vem. Mas é importante frisar que então, mais uma vez, a gente precisa bastante dessa reunião aqui. Que a gente discute com bastante parcimônia. Porque o quadro também de arrecadação do município, não é bom. O prefeito estava com muita expectativa na regulamentação da dívida. Estava com muita expectativa. E eu tenho a impressão que diante do quadro que eu acabei de falar aqui agora, é bastante provável que a presidente deva aguardar um pouco. Porque não se trata mais do estado de São Paulo. Se trata de uma região. Então com certeza, claro, pela prudência, evidentemente que ela vai tirar o pé do acelerador e vai aguardar. A própria ida do governador, hoje, a Brasília, fala-se em 800 milhões. Só para este projeto. Dessa transposição específica. Então, mais uma vez, nós precisamos garantir também, a manutenção da cidade. Isso que vocês estão vendo na Globo, grande parte é um pouco de aumentar a situação. Claro, você vai a um parque de 100 mil metros quadrados, se você pega uma região de 2, 3 mil que está péssima, para a população, o parque inteiro



está péssimo. E eles fazem muito bem isso. Contudo, os parques não estão tão bem assim mesmo. Houve uma lacuna de contrato que eu já expliquei aqui por conta, os contratos foram vencendo. Os preços defasados. As empresas não queriam renovar o contrato. E eu recebi autorização do TCM no mês de setembro, para fazer o processo licitatório. Então esse contrato, ele vem sendo debatido desde a época do Ricardo Teixeira. Eu acho que a gente fez até um processo licitatório muito rápido frente à situação e o quadro que a gente conhece, da prefeitura de São Paulo. Então o processo licitatório terminou. E é interessante também a Globo chegar nesse momento. Que ela poderia ter feito essa reportagem em outubro, novembro, dezembro. Estava na mesma condição. Mas ela faz exatamente em uma hora em que os contratos vão para a rua, semana que vem. Todos os contratos estão resolvidos. O que a gente precisa agora, é só do recurso. A gente estava aguardando essa discussão aí, de descongela, não congela, para poder empenhar e dar ordem de serviço. Então claro que eles têm essa informação. Evidentemente. Que é para ficar na conta deles também. Ou então, como a empresa entra semana que vem, evidentemente que eles vão dizer que foi por conta da intervenção deles, da imprensa. Mas isso é democracia. E a única que a gente tem é a melhor que tem. Não tem outra. Então nós temos que conviver com isso. Mas era mais para reforçar este fórum aqui, desse suporte que tem que dar nesse momento, para manter minimamente a manutenção da cidade. Eu estou falando minimamente que eu estou pensando para frente, já, também. Que algum recurso vai ter que se dar para a população. Uma coisa é a população classe média, classe média-alta. Outra coisa... Essas crises, elas chegam muito com mais intensidade sempre para a população de baixa renda, evidente. Hoje eu estava saindo de casa, parecia mais uma brincadeira, assim. Eu vi N caminhões com caixa d'água em cima. Um negócio absurdo. Agora, grande parte da população não tem condição de comprar uma caixa d'água, assim, do dia para a noite. Não é assim. E também não vai comprar todo o material de calha, de captação, para levar até a caixa d'água, enfim. Então aqui vai ter que ser uma solução individual. Eu penso que é assim. Alguns lugares vão ter que ser um coletivo ou outro. Temos que pegar um equipamento tipo o CEU, e transformar ele, talvez, em um polo de difusão. Porque a cisterna já está ali. Que é a piscina. E as piscinas são grandes, do CEU. Vai ter que ser por aí. Por isso que um tem que ajudar o outro. Tem que dar ideia, e vai confluindo. E vamos montando esse plano de contingência. Bom, vamos dar início aos trabalhos, que a pauta é extensa, e aqui tem água ainda, para a gente beber, então não tem problema nenhum.

**Claudete:** Vamos passar à pauta. Primeiro item do expediente é aprovação da ata da 95ª reunião plenária ordinária do CONFEMA, de 27 de outubro de 2014. Alguma observação, alguma correção? Conselheiros? Então vamos colocar a ata em votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação do texto da ata, permaneçam como estão. Então a ata a 95ª reunião plenária ordinária do CONFEMA está aprovada por unanimidade. Segundo item do expediente é aprovação da ata da 96ª reunião plenária ordinária do CONFEMA, de 28 de novembro de 2014. Alguma observação, correção? Vamos colocar a ata em votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação do texto da ata, permaneçam como estão. Então a ata da 96ª reunião plenária ordinária do CONFEMA está aprovada por unanimidade. Terceiro item do expediente. Aprovação da ata da 97ª reunião plenária ordinária do CONFEMA, de 12 de dezembro de 2014. Correções, observações? Colocamos em votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação do texto da ata permaneçam como estão. Então a ata da 97ª reunião plenária ordinária do CONFEMA está aprovada por unanimidade. O quarto ponto, sugestão de inclusão de pauta. Lembramos sempre que as discussões faremos no final. Então vamos abrir. Os Conselheiros que quiserem fazer alguma inclusão na pauta de hoje, por favor. Conselheira Cristina.

**Cons. Cristina Antunes:** Bom dia. Cristina Antunes, SAJAP. Eu fico prejudicada, Claudete, porque eu sempre tenho que sair antes do final da reunião. Mas eu queria colocar a respeito da questão que foi colocada pelo Secretário. Voltar à discussão do que está sendo proposto na lei de uso e ocupação do solo e que, novamente, Secretário, não





vejo uma posição firme dessa Secretaria. Eu lamento que eu não vá poder retornar a esse assunto no final, mas se eu puder avançar, só para deixar a questão. Essa questão, como o senhor falou, tem que ter também, uma abordagem municipal, não tem a menor dúvida. Mas nós estamos na iminência de aprovar uma impermeabilização absolutamente irreversível na cidade, sem que haja a infraestrutura mínima para suportar essa impermeabilização. Junto com a impermeabilização vem adensamento construtivo e populacional em áreas que deveriam ser preservadas, inclusive nas várzeas dos rios. Esse mapa aqui é assustador. Eu queria ter contato com as pessoas aqui da Secretaria que estão trabalhando nisso. Porque eu não encontro essas pessoas nas audiências públicas. E no meio de uma crise como essa que o senhor relatou, que o senhor avançou nas providências, eu não vejo nada em termos da lei de uso e ocupação do solo. Quer dizer, não adianta nada a gente tomar uma série de providências na cidade, de Comissão de Crise, de providências emergenciais, se no médio e longo prazo não... no médio não. Porque essa lei... o PDE já está em vigor. Essa daqui é uma lei que favorece o setor imobiliário que, definitivamente, não tem este olhar generoso para a cidade, que a gente precisaria, em termos ambientais. Nós temos... o único avanço que houve na proposta da lei, é a criação de uma cota ambiental que é opcional. Então como o senhor falou, têm que ter medidas que obriguem, realmente, que induzam todos os moradores a fazer sua própria captação. Isso não só não está contido na lei, como também, a cota ambiental é falaciosa. Porque não vai emplacar. Como não emplacaram até hoje as ZEIS, como não emplacaram outras medidas que deveriam favorecer a cidade, ao invés de comprometê-la. Então, eu pediria que fosse criado um grupo para discutir isso. Talvez junto com alguns membros deste Conselho. Mas com uma mediação direta dessa Secretaria. Nós vamos ter, no começo da semana, uma reunião com o presidente da Comissão de Política Urbana, porque agora acabaram as audiências públicas. A discussão é sempre de moradia. O que pega mais é a discussão de moradia. Usos que estão sendo permitidos na cidade inteira para atender o setor imobiliário. E não tem nenhum olhar com relação a essa preservação ambiental, esse carinho ambiental, o cuidado que é feito. Então eu peço a formação de um grupo para trabalhar diretamente com isso, agora na Comissão de Política Urbana, na Câmara.

**Secretário Wanderley Meira do Nascimento:** Cristina, esse grupo já existe. O ponto focal da Secretaria é a Hélio. E a diretoria responsável pelo acompanhamento é o DEPLAN. Então, eu acho também pertinente. Agora, é importante fazer uma observação: primeiro que eu devo estar no quinto Plano Diretor. De vários municípios. O Plano Diretor, ele é uma peça, ele é um instrumento bastante interessante para se dar exemplo do como é que se desenvolve uma decisão tão importante em um processo democrático. Viu, Cristina, você falou que acabaram as audiências públicas, não é que acabou. Todo o processo teve uma série de audiências públicas. Ela acabou porque tem prazo para entregar o PL. Têm prazos aí. Não vamos fazer também, audiências públicas, o governo inteiro. Mas houve sim, a discussão. Eu penso, Cristina, assim, com muita tranquilidade nisso, que tanto o PDE quanto a futura lei de zoneamento, ela vai ser a lei do possível. O reflexo da sociedade. Se nós tivéssemos uma sociedade mais avançada do ponto de vista ambiental, com certeza, essa peça seria muito mais avançada. Existe um processo aí, democrático, que está posto. Eu não conheço outro. Então a gente procura melhorar, a gente procura avançar, mas é o possível. Eu duvido que a Isabela também goste 100% do código florestal. Eu também não gosto do código florestal 100%. Mas o que foi possível, no caso do código florestal, eu estou falando do Congresso. É o reflexo do Congresso. E ali estão uma série de forças representadas e que o resultado é esse. Muitas das vezes, a gente consegue avançar um pouco mais, assim, pela eloquência, talvez, do discurso e pelo chamamento, pela importância do tema, às vezes, a gente avança um pouco mais. Às vezes, avança um pouco menos. Mas eu acho que você tem razão no que você está falando. Mas também, por outro lado, eu não vi até hoje, enquanto arquiteto, até na minha área, agora eu estou falando enquanto arquiteto urbanista, eu não vi até hoje, na cidade de São Paulo, um PDE que deu a importância



para o meio ambiente, igual a esse. Para mim foi o primeiro. Assim, é o primeiro que, de fato, delimita, dá ênfase à área rural, e ele tem outra característica interessante, que na sua maioria, ele é autoaplicável. Que foi um grande ganho para a cidade de São Paulo. O zoneamento que é uma peça que não dá para ser autoaplicável. Isso é importante também que se diga. E isso é um exercício. A gente só vai aprender na prática. A maioria ainda acha que o mais importante é o PDE. O mais importante não é o PDE. Desculpa a expressão popular, mas onde a porca torce o rabo é no zoneamento. Mas todo mundo: não, eu já fui na minha audiência pública do PDE, agora já está resolvido. Como está resolvido? O mais importante é agora. Mas infelizmente, a população como um todo, não consegue entender isso, ainda. Mas é um processo. Mas eu acho que avançou. Eu sou um otimista, Cristina. A gente vai galgando. É evidente que a gente não vai usufruir na nossa geração. A gente espera que os nossos filhos usufruam um pouco melhor, e o neto, melhor ainda. É isso. Esse é o mundo real. E é por isso que a gente fala muito de educação ambiental, de processo de educação ambiental, educação ambiental, educação ambiental. Não é por acaso. É para que um dia as coisas melhorem. Mas a Cristina, acho que é até pertinente. Ela tem razão. A gente tem que priorizar aí, na próxima pauta, ou na outra... eu não sei como é que está aí, não sei como é que vocês aqui montam aí, pelo número dos temas, mas eu acho que tem que entrar na pauta sim, conversar com a Hélia para ela preparar uma apresentação, e talvez, até, junto com a SMDU, aí você senta com a Hélia e vê como é que vai ser a melhor forma de apresentação. Mas é pertinente, sim. Não só aqui. Você tem que fazer uma apresentação geral. Com o FEMA, CADES e Comitê de Mudanças Climáticas também.

**Coordenadora Claudete:** Sugestão anotada. Mais algum Conselheiro? Não? Passamos então ao primeiro item da ordem do dia, a apresentação da prestação de contas dos ecopontos no município de São Paulo. Por gentileza, eu convidaria a senhora Maria Salete, da AMLURB, Secretaria de Serviços.

**Secretário Wanderley Meira do Nascimento:** Salete, um minutinho só. Eu acabei me esquecendo de um dado para apresentar aqui, à Ana, à nossa Aninha, que é agora, diretora da UMAPAZ. Desculpe, Ana, também. Eu deveria ter apresentado no início.

**Coordenadora Claudete:** Conselheira Sônia, por favor.

**Cons. Sônia:** Sônia, do Morro do Querosene. Eu peço desculpas, primeiro, pelo atraso. Aproveitando aqui a apresentação da Aninha, eu vim pensando em uma sugestão de pauta, na verdade, mas como eu cheguei meio atrapalhada, eu acho que essa situação que a gente está passando, emergencial, relacionado à restrição hídrica, merecia uma comunicação entre o Poder Executivo e a população mais aproximada. A população está se mobilizando no sentido de fazer encontros locais para discutir possibilidades, e inclusive tirar dúvidas entre a própria população. Porque as informações são tão malucas. Então, eu acho que se a gente tem uma UMAPAZ, que é um equipamento que pode fazer essa comunicação com a população, e a gente tem, inclusive, a possibilidade de usar a verba do FEMA para isso, eu acho que a gente tem que fazer um movimento nesse sentido, gente, para esclarecer. Para, no mínimo, ter um diálogo mínimo entre o poder público e a população sobre essa situação emergencial. Porque está todo mundo bastante perdido.

**Coordenadora Claudete:** Certo. Obrigada, Conselheira Sônia. O Secretário já ressaltou a importância da educação ambiental, e as discussões entrarão na próxima pauta, com certeza. Obrigada. Convidaria então, a senhora Maria Salete.

**Maria Salete:** Bom dia novamente a todos. Nós preparamos aqui uma prestação de contas, que tem, lógico, as contas, mas no finalzinho... aí fiquei muito feliz com a fala do presidente, porque as pequenas ações que a gente vem sempre falando, então no





finalzinho tem um pouquinho da nossa pequena contribuição nessa questão tão importante. Nós trouxemos um anexo para cada um, e gostaria só de explicar, para a gente ir acompanhando... então tem uma primeira que estão os valores, o que foi solicitado e o que foi aprovado. Não todos executados, mas aprovados. Um segundo, que daria para tirar vários relatórios daí do tempo que leva cada etapa, entre apresentar um projeto, análise do FEMA, da Secretaria, aprovação do Conselho, licitação e início de obra, não está... aqui não tem um relatório ainda, gerencial, mas só alguns dados que dará para auxiliar aí, no entendimento. E por fim, um anexo que mostra a nossa planilha gerencial. Que semanalmente ligamos para as subprefeituras para poder acompanhar o processo. E a gente trouxe aí para vocês só para mostrar um pouco como que é a casa. Uma planilha seca, só para mostrar como que nós temos acompanhado cada projeto de ecoponto. Então são os três anexos, e se precisar mais alguma coisa, a gente anota e encaminha para a Secretaria, para uma futura reunião. Então o Marcelo trabalha com a gente. Nosso gerente está aqui, o Tadeu. Bom, é o projeto aprovado. Nós fizemos só dois status. O que foi aprovado e qual é a situação atual. O projeto da LOA, nós, a princípio, nós tínhamos aí, 315 mil para contratação de terceiros. E quem for de Finanças... Eu falo muito... não a palavra técnica. Conseguimos apresentar nos 22 ecopontos, o valor de 206 mil. 66% foi aqui apresentado e aprovado. Em uma segunda dotação, que seria para a questão de obras, que é o final 51, nós apresentamos e foi aprovado 4,9 milhões. Estamos aqui 5 cento e pouco, porque tem um ecoponto que está em análise ainda, que é o último da nossa listinha, José Bonifácio. Nós fizemos uma arte. Encaminhamos dia 23 de dezembro, ninguém merece. Mas enfim, era lá do 2014. Foi encaminhado para análise. Não sei como que será a aprovação, mas por isso que não bate acho que a prestação que vocês fizeram com o CADES, que dá 4,9 milhões no nosso... aí esse 22º, 94%. Na questão da aquisição de áreas, que a princípio achávamos que seria a solução para a área de ecopontos, que nunca tínhamos uma verba para poder desapropriar, 7 milhões, isso, no início, final de 2013, início de 2014, foi uma grande surpresa, dado o fluxo de desapropriação. Porque precisa ter um decreto... Enfim, o fluxo é muito longo. No início tínhamos 3 ou 4 áreas apresentadas. Parelheiros, que é um problema. M'Boi Mirim, são áreas... você trouxe o mapa, a gente vê, que a maior parte do terreno urbano, da área urbana é de loteamento irregular. Então não temos área pública, (incompreensível) vai resolver toda a região do M'Boi Mirim e Parelheiros. Mas o fato que é, mesmo tendo recurso, embora esse não tenha sido descongelado, nós não conseguimos viabilizar. E não por falta de empenho de subprefeitura, e nossa. Mas enfim, prestação de contas zero. Não foi descongelado. Está lá no fundo. Que é uma tristeza. Ver zero aí dá até uma agonia. Em termos financeiros, aqui: efetivos. Na apresentação que foi aprovada no CADES, e do Conselho, no começo de 2014, nós tínhamos previsto 23 ecopontos que dariam para viabilizar. Nós apresentamos projetos de 22, 21 aprovados. E a gente vai ver o status de cada um. Um em análise, que é esse da sacanagem do dia 23 de dezembro. 96% do previsto. Por que não de 23? Porque a efetivação de área é um problema. Então tudo o que nós tínhamos até áreas aprovadas, até o finalzinho de outubro, que dava tempo de projetar, nós projetamos. Em novembro, dezembro e janeiro, agora nós já temos áreas efetivas. Daria para projetar mais 11. Nós temos 11 áreas disponibilizadas já, para 2015. Mas não era realidade no finalzinho do ano. Então aqui, um pouco de justificativa. O que fizemos com aqueles 4%? Roda aqui na Secretaria do Verde duas consultas. Isso ainda também não passou pelo Conselho. Mas os processos estão aqui. Duas consultas. Porque avaliando depois, vocês vão ver o tempo de projeto, o tempo de avaliação, Para efetivação das obras. Consultas: se nós poderíamos utilizar o recurso para contratação de serviços técnicos para elaboração de projetos. Se a gente for ver... volta um pouquinho, Marcelo. Você vai ver que aquela dotação, nós usamos 66%. Então tem a dotação de serviços técnicos. Fizemos todos os projetos internamente. Só que a nossa proposta, e está aqui rodando um processo para análise de utilizar o recurso aprovado. E me parece que 2015 vai permanecer essa mesma linha de raciocínio, contratar o projeto externo. E não desenvolver internamente. E outra, para uma análise um pouco mais aprofundada, que tem muito a ver com o que



os Conselheiros falam, e a nossa visão também. Um estudo mais profundo de demanda. Onde que têm as bacias de captação. E muito mais próxima à comunidade. Nossa equipe é pequena. Contratando uma equipe com prazo aí de 60, 90 dias, não me lembro mais, não é, Tadeu, como que estava... 120 dias. Reunião em todas as subprefeituras, avaliação de como estão. Porque a rede já cresceu. Vai estar 100 e poucos ecopontos. Os próximos... Acertar em cima da demanda. Então esses dois processos estão rodando internamente. Também foram encaminhados dia 23 de dezembro. Uma pegadinha de final do ano. Presente de Papai Noel. Mas tem até uma proposta de edital. Essa é a tabelinha que nós temos. Então essa sequência dos ecopontos, depois a gente vai mostrar como que está em cada um deles. Nós vamos perceber que nem sempre, os primeiros que foram aprovados são os que estão mais adiantados. Vários problemas que acontecem em todo o trajeto. Então a primeira coluna... Eu não vou me estender, porque vocês estão com cópia. Mas a primeira coluna, conforme foram apresentando, foram sendo encaminhados para a Secretaria do Verde. A área, os valores... a subprefeitura, a área, o valor, e, em cada processo que foi avaliado, essa planilha ia aparecendo como uma planilha gerencial. Então nós fomos deixando transparente em todo o processo, 11º, 12º, enfim... Dessa planilha, o que é interessante para ser discutido aí, até para os próximos. Nós tínhamos uma previsão de 5 milhões, aqui está José Bonifácio que ainda não foi analisado nem votado. Não sei como que vai acontecer. Talvez passe para 2015. Mas tem um resultado interessante, que é o que foi previsto pelas tabelas oficiais, e o que foi o resultado da licitação. Então nós temos aí, não digo que é economia, mas um real de -15%. Nós vamos ficar aí, mais espertos agora para 2015, porque ao invés de 23, acho que vai caber 24. Então isso permaneceu, um desconto próprio das licitações. Neste caso, 15% no total. Então a gente tem uma caixinha, aí. Tem alguma pergunta? Acho que pode... Essa é a planilha de comportamento. Isso nós estamos, internamente, analisando e vendo qual a proposta, porque a meta que nós estamos discutindo aqui, 2014. As obras estão atrasadas. A gente tem alguns... no cronograma do trabalho, a gente inicia muito no final. Tem etapas que nós iniciamos muito no final do ano por vários problemas. Não dava para iniciar se não tem a área. Mas aqui fica transparente. Então... Mais ou menos assim, envio de projeto... Bom, primeiro tem todo o roteiro. Reunião do CADES que vai acontecer ainda para 2015. Em 2014, aconteceu acho que no finalzinho de fevereiro. E envio da proposta de execução, em março. A plenária do CONFEMA, que nós apresentamos aqueles 9 projetos, fevereiro, março. Envio de projetos. Então, em cada mês, quantos projetos nós enviamos para análise da Secretaria e aprovação do CONFEMA. A publicação depois de aprovado pelo CONFEMA. Publicação do recurso. Nós fomos vendo. Em maio, nós já tínhamos 7. Teoricamente, nós gostaríamos de começar a obra depois de dois meses de licitação. 7 em agosto. Que não ocorre. Então a gente vê como que são as licitações e todo o trâmite, é bastante moroso. Teve uma questão em junho em julho, que impactou bastante nas subprefeituras, que foi a... como que a gente define? A troca de quase todos os subprefeitos. As equipes técnicas, por uma questão de segurança, ficam aguardando para ver o que acontece. E dá claramente para nós sentirmos aqui, o impacto que isso ocasionou. O Ivo trouxe uma novidade. Vocês vão ver seus slides lá. Seis projetos... bom, quase todos em obras. Seis que acabaram sua licitação no finalzinho de novembro, poderiam iniciar em dezembro, mas por uma questão de padrão, encerrou-se o empenho. Aguardaram. Reabriu agora dia 20, ou 15 de janeiro. Então estão retomando obra. Então seis obras que ficaram aí, Natal e Ano Novo, aguardando uma retomada.  
(fala sem microfone)

**Maria Salete:** Aquilo lá que eu falei que é o presente de natal que a gente mandou para a Secretaria do Verde.

**Coordenadora Claudete:** Maria Salete, só um minuto. Todos os Conselheiros têm que falar no microfone, porque temos a gravação. E de qualquer forma, faremos o debate no final. Tudo bem? Faremos o debate no final.



**Maria Salete:** Certo. Só para zerar essa, 22 enviados. O 22º foi enviado dia 23 de dezembro para análise. Nós, AMLURB, enviamos dia 23 de dezembro. Ninguém merece. Ou seja, não deu tempo nem de analisar, e nem tampouco colocar em votação. Mas só para... como prestação de contas, está bom? Bom, o mapa atual, dificilmente dá para ver. Mas a gente tem geo-referenciado isso. Está disponibilizado no site. A cada ecoponto que sai, a gente está geo-referenciado. Rapidamente, em qual estado que está. Isso não é contas, mas só para ver a imagem atual de como estão os ecopontos. Mãe-Preta, primeiro a ser levado, está na sequência da planilha de vocês. Mãe-Preta, 70% concluído. Lembrando que essa é uma área, e é o nosso maior ecoponto, ele tem 4 mil metros, um pouco mais. O equipamento em si, ele é pequeno. O restante é arborização, enfim, contribuindo aí, para a questão ambiental. Área de convivência, dá 70%. Vistoria feita toda terceira semana de janeiro, para ficar bem fresquinho. Jardim Antártica. Já foi licitado. Início previsto após liberação, que está entre aqueles seis que nós comentamos. O Jardim Antártica foi o segundo, e sequer iniciou. Esse teve um envolvimento da comunidade no início, para iniciar a obra, que queriam um equipamento cultural. Vocês aprovaram um aumento de recurso no meio do processo. É esse daqui que está para começar. Os jovens queriam um espaço cultural, nós encaminhamos, foi aprovado, aumentou o valor e está para começar. Pode instalar o anexo. São Mateus, Montalvânia. Montalvânia, 30%. É uma área bastante grande. 30% da obra... eu diria 25, 30%. É uma equipe que nós temos que estar juntos. A construtora, ela precisa colocar um pouco mais de agilidade, mas está aí, 30%. Parque do Carmo. Início previsto após a liberação. Acabei de chegar. Liberou. As máquinas estão lá. Essa foto foi do dia 21. Hoje é dia 30. Caraguatá. Essa, após início da obra, embora tenha sido previsto, existe aqui uma construção que essa construção seria de uso comum, quer dizer, ecoponto mais a comunidade, no início da obra, tivemos vários problemas em que a comunidade não quer. Quer que seja uma biblioteca independente, e não teve jeito. Esse está em revisão de projeto. Eles aceitaram. Vai precisar fazer uma guarita fora. Então, em breve, vamos precisar pedir um aditamento. Mas isso só ocorreu no meio da obra. Mudou a liderança, enfim, uma questão mais política. Embora a ideia seja bem legal, de ter uma bibliotequinha, mas enfim... Vila das Mercês, aproximadamente 70% concluído. Acho que até o final de fevereiro. É uma equipe bastante boa que está lá. Uma construtora bem ágil. Vila Rica. Do Vila Rica, nós estivemos lá essa semana. A população, que antes era contrária, está completamente apaixonada. Porque está sendo uma obra que valorizou. Era um terreno... se a gente ver uma anterior, bastante abandonado. Ninguém queria. Ninguém queria. Conversamos, tal. Topografia bastante difícil de fazer. Mas as árvores que estavam lá, conseguimos preservar. A população, agora, está achando o máximo. (incompreensível) por quê não foi Posto de Saúde, então? Caramba. Não cabe. O ecoponto... Mas enfim, essa está próxima a ser inaugurado. Vila Mariana, 20%. Tivemos problema com a construtora, já resolvido. E é um ecoponto muito fácil de ser executado. Saioá, a mesma coisa. Também Vila Mariana. Tivemos problema. Eles vieram aqui, falaram do solo, reclamaram com o Secretário, mas não provaram nada. 10% já foi resolvido. Viram que o solo dá para executar, e enfim. Cavalcanti. Cavalcanti, a mesma coisa. O Cavalcanti é vizinho com uma escola. Nós tivemos mais ou menos umas três ou quatro...

**Cons. Ivo:** (fala sem microfone) Carvalho Cavalcanti? Porque aqui, ainda ontem, em uma reunião do Conselho Participativo, e foi solicitado mediar um conflito que há entre a DREI de Itaquera e essa ação do ecoponto. Por quê? A área era CDHU, foi cedida para a prefeitura para construção da escola. Porém a escola avançou 8 metros fora do perímetro. E para o ecoponto, nós precisamos de 4 metros apenas. Então me foi solicitado ontem, fazer essa mediação dentro desse contexto. Obrigado.

**Maria Salete:** Essa reunião ocorreu, já, Ivo? Então esses quatro metros, junto com representantes da educação, talvez precisemos aqui, uns 20% a mais, ou 15 do valor. 20 e poucos... porque chegamos à conclusão, o seguinte: embora a área seja do município,



nós vamos fazer uma proposta técnica. Metade do terreno, 4 metros, uma mureta de arrimo, que foi uma proposta que nós levamos e eles toparam. Então por que está a obra a ser retomada? A obra está paralisada. Vai ser retomada agora no começo de fevereiro, porque o conflito foi mediado e teve essa solução. Comandante Taylor. O menor ecoponto projetado. A primeira licitação deu vazia. A segunda teve um vencedor. A documentação não estava a contento. Terá que ter uma nova licitação prevista aí, para o começo de fevereiro. Santana, 60% da obra concluída. Obra tranquila, simples, aqui, a solicitação maior foi dessa rampa para pedestre, acessibilidade. A gente tinha feito outra rampa. Essa daqui então está exatamente na lei (incompreensível). Faz dois meses só por causa da rampa, mas está aí, 60%, e está certo, é a participação do pessoal do entorno. Cidade Líder. Esse daqui iniciou ontem. Fonte... Conselheiro Ivo... Inácio Monteiro, 95% da obra concluída. Falta o gramado no entorno. Isso também está sendo bem acolhido pela comunidade. Utilizamos o menor espaço interno, e mais externo, para fazer praça, área de convivência, o que a princípio, não estava sendo bem visto, e agora, já está sendo assumido pela comunidade. Então, bem interessante. Falta, basicamente, paisagismo. Setor G, também na Cidade Tiradentes, 40% concluído. É um ecoponto fácil de fazer, vai compor um parque linear. Ele está em uma localização necessária, e está sendo bem acolhido também. Guaia Ponto foi inaugurado. Na verdade, aqui foi só um restante de complemento que nós precisávamos. Foi inaugurado. Com essa concepção. Praça no entorno. Está um sucesso. Jabaquara, 80% concluído. Um ecoponto que já tinha sido entregue e depredado. Agora mudou. Está tendo um trabalho de comunicação, e de educação ambiental no entorno. Está melhor aceito. Pesqueiro. Pesqueiro, início e início de obra. Flamingo, também no Itaim Paulista, deve estar para iniciar a obra, porque o empenho acho que reabriu dia 20 de janeiro. Ermelino Matarazzo, a mesma coisa. Está para reiniciar. Jaçanã, início de empenho. E esse José Bonifácio é que está para análise. O projeto está aí. Ainda vai ser... Esse slide, só para uma prestação de contas, também. Quando apresentamos os projetos, nós tínhamos o compromisso que era a questão de projetos diferenciados, então a humanização dos espaços. Por isso que eu fico falando sempre das áreas de convivência. Isso está acontecendo. Não tanto quanto gostaríamos. Existem ainda, algumas resistências da própria comunidade, de colocar banco externo, de ter medo de drogas. Então, há um trabalho, mas nós estamos insistindo, e está acontecendo. Então isso está muito junto com a integração do entorno. Calçadas amplas, espaço de convivência e tratamento paisagístico. Existe certa resistência na hora da planilha. A primeira coisa a ser cortada, se tem problema de verba, é a parte externa. Então, isso é um convencimento. Um dos equipamentos, 3 metros de calçada já passaram para 1,5. Nós tivemos umas duas semanas, então isso precisa ser trabalhado com a comunidade. Espaço público que a gente fala... eu olho para vocês, porque a gente tem tanta paixão de falar, a própria comunidade, às vezes, não quer esse espaço livre. É muito interessante. Então, acho que tem que ter aí, um conjunto e avançar. Na questão de acessibilidade e segurança, sim. Mais iluminados e acessíveis. Na questão da construção verde, na fala do presidente e do próprio gerente agora, nessa fala, nós pensamos o seguinte: além da utilização de agregado, que nós estamos fazendo, pisos drenantes sim, com arborização, como escola, porque os ecopontos são o mínimo. Mas para poder divulgar boas posturas, economia de energia... então está lá energia solar, em todos eles estão sendo feitos. Estão querendo colocar agora, o reuso, que eu acho que é mais uma questão de ensinar, de falar que é possível nos próximos, só para já, tentar finalizar. E outro, um debate técnico, que eu acho que poderia existir, se vocês me permitirem, é a retomada da recarga. Arborização com recarga do lençol freático, que isso esteve em moda aí, 10 anos atrás. Foi esquecido. A gente poderia retomar, além do reuso, a questão da recarga do subsolo. Que não é difícil. Enfim... Isso o engenheiro, foi a única foto na Vila das Mercês. Mas a utilização de agregado em uma próxima... Acho que a gente vai trazer um pouco mais. Só para finalizar, então, eu falei da recarga. Gostaria de dizer que nós vamos pegar o endereço eletrônico de todos, e assim que tiver as datas de inauguração, repassar, para vocês poderem ir acompanhando, até porque é uma grande parceria. E na questão da gestão



que, durante 2014 foi tanto colocada... gestão dos ecopontos, e a comunicação, melhorar a educação ambiental, acho que gostaríamos de pedir, ao longo de 2015, uma (incompreensível), como que vai ser feito essa entrega, como que está sendo pensado, já planejado, e aí a gente presta contas desses dois itens. Bom, obrigada. Não sei se prestou contas, mesmo.

**Claudete:** Obrigada, Maria Salete. Abrimos o debate. A Lourdes vai pegar inscrição dos Conselheiros. Passo para o Secretário.

**Secretário Wanderley Meira do Nascimento:** Bom, primeiro que esse problema de área não é uma particularidade de vocês. Todo mundo conhece esse assunto, que é difícil mesmo. Em relação ao projeto, isso é previsto na lei. Não tem problema nenhum. E essa questão que você falou lá, do diagnóstico, na verdade, estão falando de fazer um plano de ação, é isso? Um diagnóstico, prognóstico, cenário e o produto final vão ser indicações de áreas com as devidas justificativas, é isso? É um plano.

**Maria Salete:** Um plano com maior participação, presidente. Porque assim, maior participação também dos Conselheiros nas subprefeituras, governo local, enfim. Iniciar um pouco do debate até na procura das áreas. A gente está sentindo falta, mas não tivemos pernas para isso, até então.

**Secretário Wanderley Meira do Nascimento:** Então, outra observação é em relação ao desconto que você conseguiu. O meu entendimento de desconto, a semana passada, a gente teve uma reunião com o prefeito, com o Garibe, no acompanhamento das obras. Foi a mesma coisa que foi feita aqui. Um balanço, só que das obras de infraestrutura. Eu estava presente por conta dos licenciamentos. O Garibe também conseguiu de 15 a 20% de desconto, só que um montante muito maior, que eram os recursos do PAC. E aí, o prefeito fez uma observação que não tem que devolver para o PAC. Nós temos que justificar. E tem que ser uma espécie de premiação. Você tem que incluir um outro projeto. Porque se você volta para o lugar da onde veio, daqui a pouco você vai utilizar daqui a 2, 3 anos. Não tem o menor cabimento, isso. Então, é justificável, sim. Eu acho que é como um prêmio pelo desconto que conseguiu. Agora, eu só queria fazer uma observação. Não sei se vocês estão acompanhando aí, a discussão, a peça orçamentária, os recursos para esse ano, como é que vão ficar e tal. Não sei se vocês estão acompanhando. Mas há pouco, a gente teve um... Eu quase que estive à beira de um colapso. Porque começou a faltar recurso para a própria manutenção. Então assim, o nosso orçamento está praticamente demandado para a manutenção. Contudo, nós também, aqui da Secretaria, temos metas de governo. Que não é manutenção, evidentemente. Temos polos. Nós temos o plantio das áreas verdes. Nós temos a requalificação dos parques. Então eu não estou... É claro que o governo é um só. Mas também não dá para cobrir um e desvestir o outro. Assim, o nosso orçamento é muito pouco. É bom que o governo, como um todo, entenda isso. E quando fala: FEMA, FEMA, FEMA, todo mundo acha que é um caminhão de dinheiro enorme, e que vai... Eu gostaria que fosse assim. Mas não é bem assim. O orçamento da AMLURB, por hipótese, o nosso não dá 0,1%. O orçamento da AMLURB é de 2 bilhões. O nosso não chega a 200 milhões. E o FEMA, nós temos alguns problemas aí, de receita. As multas não estão entrando como entraram o ano passado. Nós não temos mais a inspeção veicular, que tinha um impacto significativo. E as multas não entram por vários motivos. Um deles é o número enorme de fiscal que essa Secretaria tem. Muito grande o número de fiscais. Nós temos 25 fiscais para a cidade de São Paulo. Não dá um fiscal por subprefeitura. Então é evidente também, que o número de multa vai caindo. Ah, mas caiu do dia para a noite? Não. Esses fiscais, eles vêm se acabando como todos os funcionários vêm se acabando, em um processo. Eu fiquei assustadíssimo, há pouco, que eu tive uma informação... Acho que foi de SEMPLA, mesmo. Da média de idade do funcionalismo público na cidade de São Paulo. É assustador. Porque é uma média muito alta. E se a gente não tiver uma





política rápida, nós vamos ter um vácuo aí, mesmo, de prestação de serviços, que já está ocorrendo. Então é mais fazendo essa observação. Eu acho que o governo é um só. Nós estamos aí para fazer esse rateio. E cada vez priorizando mais. É evidente que esse projeto aí é de fundamental importância para a cidade, é óbvio. Não precisa nem explicar muito. Assim como a ciclovia também é. Mas eu diria que além das condições ruins que a gente já estava com essas expectativas, senão regulamentar a dívida, nós temos agora, a crise da água. E com certeza, tanto a presidente Dilma, quanto o prefeito Haddad, vão colocar o pé no freio, aguardar os próximos acontecimentos. Então é bom que deixe isso sempre claro, aqui. Não é uma coisa dessa Secretaria. É da situação.

**Claudete:** Temos alguns Conselheiros inscritos. A primeira é a Conselheira Cristina, por favor.

**Cons. Cristina Antunes:** Cristina, da SAJAP. Eu fico muito confortada com as suas apresentações, Salete, sempre. Sempre. Porque você coloca realmente, com clareza. A gente está vendo. Está materializando o que a gente aprovou aqui. Então eu acho que é muito reconfortante para o Conselho. Eu, particularmente, fico muito à vontade por ter aprovado essa verba para vocês. Entendo perfeitamente todos esses problemas que você colocou. Quero até ressaltar no seu comentário, Secretário, que isso é absolutamente diferente da minha inquietação com relação às ciclovias. São dois equipamentos necessários, mas a forma como está sendo tratada a questão dos ecopontos é totalmente diferente da forma como está sendo tratada a questão das ciclovias. Então eu espero que a gente tenha, em breve, uma apresentação equivalente, com relação às ciclovias. Com relação ao negócio do serviço de terceiros, que você falou que está em análise, eu pergunto já aos universitários aqui, que conhecem o regimento, se isso é possível. Porque até onde eu saiba, o FEMA não pode liberar dinheiro para projeto. Tem que liberar para execução de projetos. Porque projetos, depois, podem ser engavetados. Então não sei. Estou perguntando para me informar como é que funcionaria essa solicitação. Estou perguntando antecipadamente. Eu sei que está em análise. Porque embora eu não tenha nenhuma dúvida, Salete, de que vocês usariam esse projeto, eu tenho a informação de que o FEMA não poderia aprovar para projeto. A questão da construção verde. Obviamente, na obra, você está falando de obras, a construção verde é absolutamente coerente com o conceito dos ecopontos. Mas eu preciso voltar nisso que você falou agora, no final. Eu continuo não vendo mudança na gestão dos ecopontos. Então a questão da destinação continua igual. Nós continuamos tendo muitos questionamentos. Você sabe que os ecopontos lá na nossa região são muito bem aceitos. Mas tem, sim, muito questionamento com relação à destinação. Nós continuamos vendo volumosos indo parar no aterro de inertes. Volumosos... Material absolutamente aproveitável. Continuamos vendo uma dificuldade com relação à própria forma de despejo. Vocês abriram a janelinha lá dos recicláveis. Isso melhorou. Mas a gente continua tendo dificuldades operacionais até para o próprio município. Tem que jogar o entulho lá em cima daquela caçamba enorme. Então, isso daqui, na verdade, cria certa resistência que não existia com relação ao equipamento. Nosso ecoponto é exemplar. Eu sei disso. Todo mundo aceita bem. Mas nós continuamos com esse problema. Então eu queria saber. Você mencionou, mas já se passou um ano. Nós estivemos lá. O Silvano foi extremamente receptivo com isso. Mas a gente não viu mudanças. E me preocupa que isso daqui, com esses novos equipamentos que estão... vários quase prontos, que a gente já instale o equipamento com esse vício de operação. Eu testei isso outro dia, porque eu estou terminando uma obra. Mandei uma peça, uma porta perfeita, mandei lá, e falei para o empreiteiro: olha, isso daqui não pode ir para a caçamba. Quando chegou lá, eles puseram na caçamba. Então tem ainda esse ruído que é grave, na operação. E só para voltar no seu comentário também, do orçamento, eu solicitei aqui, uma explicação que me foi solicitada por um jornalista, da destinação... como é que foram aplicados 93 milhões da inspeção veicular, que deveriam, alegadamente estão no fundo, e quanto que se perdeu ao longo do ano, em termos de arrecadação, por conta da suspensão. Então



eu continuo esperando essa resposta. E continuo, lógico, Secretário, sempre questionando essa forma de... este uso dos recursos que a gente poderia usar em equipamentos absolutamente necessários, e que está substituindo... vamos dizer, esses recursos estão substituindo o que deveria sair do orçamento. Então, só para arrematar, parabéns, Salete. Parabéns. Realmente eu vou transmitir isso para a comunidade, porque este é um trabalho que a gente, realmente, tem gosto de apoiar.

**Coordenadora Claudete:** Temos um problema de tempo. Então pediria aos Conselheiros que fossem um pouco mais rápidos. Conselheira Sônia.

**Cons. Sônia:** Eu queria parabenizar e agradecer à Salete, que realmente, a gente se sente confortada com uma apresentação dessa. Uma prestação de contas dessa. Porque a gente, como sociedade civil, a gente é obrigado a fazer essa prestação de contas quando a gente usa o dinheiro do FEMA. E a gente tem que fazer detalhado assim, com fotografias, com comprovação. Então, para a gente, é muito confortante, e eu agradeço muito e acho um trabalho muito legal. Incrível. Supercuidadoso. Parabéns, mesmo. E aí eu quero voltar a fazer um pedido que eu já fiz algumas vezes aqui nesse Conselho. Que haja uma prestação de contas desse mesmo nível da utilização do uso dos recursos do FEMA para vigilância e manuseio nos parques. Que eu acho que é uma demanda da Secretaria do Verde, que eu até reconheço como uma demanda necessária, a vigilância e o manuseio, mas a gente precisa, urgentemente, de uma prestação de contas. Porque é o maior valor que a gente aprovou aqui nesse Conselho, é para vigilância e manejo.

**Cons. Ivo:** Bem, eu vou fazer alguns destaques aqui, em cima do assunto que foi colocado. A participação dos Conselheiros na inauguração dos ecopontos. Porque nós... Lá no passado, eu tive a sorte de participar da Executiva da conferência, representando o CADES, em 2013. Da coordenação e da Secretaria Executiva. Então, estava com ela, estava com ele. Estava com o grupo todo, fazendo um trabalho para a conferência. Quer dizer, já são parceiros. Mas nós inauguramos o ecoponto Osvaldo Vale Cordeiro, 8 meses depois, eu consegui levar o Secretário, subprefeitos, e tal, para dar visibilidade ao ecoponto. Quer dizer, já tinha. Mas por quê? Porque indo autoridade, acontece que há um chamamento. É como aconteceu. Eu fui convidado para ir a Guaianases, o Haddad estava lá. Isso vira notícia, quer dizer, toma uma outra projeção. Porque as pessoas pensam que ecoponto é um bota-fora. Eu tenho até uma angústia, falando, viu, Salete. Eu estava falando ontem com o Amorim, que é o engenheiro coordenador lá de Itaquera, e solicitei a ele, novamente, que se faça uma reforma no Osvaldo Vale Cordeiro. Que é um modelo de ecoponto. Muito bem organizado. E por isso, acho que a importância... Outra coisa, bem rápido. O espaço de convivência, Salete, a comunidade tem me solicitado equipamento para exercício, e um campo de malha ali na... porque esse Cidade Líder é ao lado do Shopping Aricanduva. É um lugar muito pujante. Fica no baixo... Muito acesso e muito carro, gente, e tudo, e a comunidade é nossa. E eles estão pedindo isso. A área é muito grande. Agora, até vou falar com o Maurício para ver se ele consegue essa verba através de emenda. Mas qualquer coisa, se é bem comum da comunidade, a gente que caminho a gente pode ganhar. Obrigado.

**Maria Salete:** Esse era o penúltimo slide. Na fala do presidente, eu queria utilizá-lo. Daí, realmente, o recurso existe. Na Linha Vermelha, a evolução da implantação dos ecopontos, previsto aí, até 2016, de acordo com o nosso plano de gestão integrada. A gente fala Programa de Governo, mas não é só Programa. Foi discutido em toda a comunidade. Toda a sociedade, e enfim... E tem metas lá, escritas. Até 2016, 143, 140 ecopontos. E a Linha Azul, o crescimento. Está aqui nosso Conselheiro Vinícius que pode ser que consiga responder melhor. Nós já observamos, sim, no final do ano passado, e estamos todos preocupados. Hoje, teríamos verba para quatro ecopontos. Nossa meta para 2015 são 23 ecopontos. Nós estamos com esse problema. Mas ele é jovem ainda. Acho que tem a solução aí. Depois ele pode falar. Isso é uma questão aí, que está colocada. Séria, enfim... Mas é... Estamos na mesma. Com relação à crise, que a Cristina



coloca, na gestão, Cristina, nós estamos... e aí, eu acho que o Tadeu vai completar, nós estamos... são 2, 3 equipes dentro da AMLURB. Nós estamos trabalhando com esse mesmo nível de detalhamento para a gestão, e mostrando. Fizemos uma vistoria em todos os ecopontos em julho, nossa equipe, mostrando para o presidente que compartilha com a mesma ideia, dos pontos em que precisamos resolver. Não só internamente. Aí o contrato que agora têm mais dois anos pela frente. Por um lado, ficamos felizes. E por outro, bastante preocupados. Que deverão ser resolvidos. Isso precisa ser resolvido. É muito constrangedor, mas é um desafio. O desafio da segregação madeira e móveis. Talvez o Tadeu tenha mais novidade. A gente está falando com empresas. Recebimento de novos materiais. Estamos nos preparando. Gesso, amianto, lâmpadas, enfim... 2015, na questão de gestão... por isso que eu solicitei. Espero que daqui a seis meses a gente possa fazer uma apresentação do mesmo nível da melhora da gestão. Mas não está resolvido ainda. Só estamos trabalhando em cima, e o buraco é fundo. Mas é resolvível. Por isso que emendamos com a questão do Conselho e a participação comunitária. Não dá para ficar só com fiscal. As pessoas estão querendo participar, e a gente precisa abrir essa forma de comunicação mais direta, também nos ecopontos. Essa gestão é essa forma. Tem que ser. Estamos aí na metade. Falta pouco tempo. A gente coloca na rua. Estamos ganhando um selinho de... Não vou falar o que eu pensei. Na questão... Sônia, agradeço as palavras. A gente fica meio tímida. Do Ivo, vamos mandar sim, as datas de inauguração. Normalmente são combinadas com a Secretaria de Serviços mais a subprefeitura. E espero que em 2015 a gente mande para todo mundo, que vai ser importante. Quanto aos novos equipamentos, acho que é uma reunião com a subprefeitura, Ivo, a gente vê com o Maurício mais o Amorim, e acho que dá para fazer. Tem área. Tadeu queria completar. Marcelo, a gente pôs assim, agradecemos a todos, mas aí o Tadeu fala, e eu quero agradecer mesmo a oportunidade.

**Tadeu:** Bom dia a todos os Conselheiros, Conselheiras, Secretário. Primeiro eu só queria registrar o agradecimento, tanto da Secretaria de Serviços, em nome do Secretário Simão Pedro e da AMLURB, em nome do Presidente Silvano pelo crédito e pela confiança que esse Conselho pôs nesse projeto que nós estamos desenvolvendo. Ele está dentro do consenso do programa de metas do nosso governo, e do Plano de Gestão Integrada que nós construímos de forma participativa no ano de 2013, e estamos trabalhando por isso. Nós, na fase de implementação do **PJIRs**, nós temos que fazer essa implementação via subprefeituras. Então, no ano passado, estava previsto no segundo semestre, que nós conseguíssemos startar esse processo de construir as equipes de implementação do **PJIR**, que leva em consideração os equipamentos da gestão de resíduos. Sejam os ecopontos, sejam as nossas centrais de triagem, sejam os serviços todos, ligados aos resíduos em cada subprefeitura. Isso não foi possível por questões internas nossas, mesmo, de capacidade, de equipe, como também nesse, que foi um dos argumentos que a Salete apresentou aqui, das transições que houveram do segundo para o final do semestre do ano passado, em relação ao comando das subprefeituras. Então nós estamos agendados para isso. Esse processo de agendamento de inauguração, nós queremos aproveitar para discutir o conjunto da questão das políticas integradas do **PJIR** com outras políticas. E para a solução, nós imaginamos que não dá para pensar em uma solução de gestão da forma que nós imaginamos, sem essa questão que a Salete acabou de dizer. Da participação. Então nós temos que achar uma forma dos vários Conselhos que já existem nas regiões, e também das organizações, como é que eles participem da gestão conosco. Hoje, a gestão é feita pelas empresas contratadas. Esse contrato sofreu uma alteração e uma continuidade ao mesmo tempo, do final do ano passado para esse. Chegamos a fazer uma audiência, porque iríamos fazer uma nova licitação. No final, conseguimos acordar uma prorrogação. E dentro dessa prorrogação, nós estamos pactuando algumas alterações no contrato. O próprio contrato não é um contrato que nos deixa confortáveis para uma boa gestão, mas nós estamos pactuando essas mudanças. E entre elas, o que nós queremos, além de cobrar dessas empresas que façam essa gestão devidamente, é incluir a população nessa gestão, e que nos ajude a superar esses problemas. Então,



está no foco do nosso trabalho. E aí, com todas as dificuldades, equipe enxuta, tal, e até vocês reconhecerem, a gente tem a felicidade de ter a Salete com uma equipe enxuta de 3 pessoas, trabalhando e tocando a coordenação do **RCC**. Eu quero reforçar aqui, o nosso agradecimento, e um abraço do nosso Secretário e do nosso Presidente. Obrigado.

**Secretário Wanderley Meira do Nascimento:** Bom, eu sempre uso também desse fórum, para fazer umas observações que eu acabei esquecendo no início. Primeiro, parabenizar pelo trabalho também, de vocês. Há pouco, eu estava conversando em uma reunião de governo. A gente faz tanta coisa no dia a dia, a gente fica, às vezes, tão atabalhado, que a gente não pensa com mais profundidade nos detalhes. Essa área de resíduos, como a maioria aqui já conhece, é uma área que eu gosto muito. É o meu objeto de estudo de muitos anos. Há pouco eu estava conversando com o prefeito que a meta que a AMLURB tem, que a Secretaria de Serviços tem para a coleta seletiva na cidade de São Paulo, que é universalizar a coleta até 2016, vai acontecer uma coisa muito simples. Só vai ser a maior coleta seletiva do planeta. E pouca gente se atentou para isso. Cidade do México não tem. Londres não tem com essa magnitude. Até porque lá o serviço é diferente. Não é igual aqui, o nosso. É isso. É muito simples. E a gente não se atentou para essa meta aí, que é muito audaciosa, e que o Secretário Simão e toda sua equipe vem perseguindo.

(fala sem microfone)

**Secretário Wanderley Meira do Nascimento:** Buscando 54% esse ano. Então, era mais uma observação aí para que esse fórum aqui também, como ele é formador de opinião, para que divulgue também, esse dado. Outra questão, Tadeu, é mais aí para reflexão. Eu tive uma reunião lá na FIESP, que eles não gostaram muito. Faz um tempo já, isso. Que era sobre logística reversa. Que eles não querem se responsabilizar mesmo. Vai ter que conversar muito com eles. Mas está na legislação. De alguma maneira, vai ocorrer. A minha visão sobre o RCC em relação à logística reversa, eu acho que é possível se encaixar também. Eu vou explicar o porquê. Como é que se compõe o resíduo da construção civil? Ele tem areia, ele tem cimento, ele tem brita, e ele tem ferro. O que precisaria, talvez, ser feito, que o próprio IPT pode fazer isso, é chegar a um número de uma composição estimada desses materiais por metro quadrado, e como tem um componente aí, que é um componente mão-de-obra, talvez seja uma logística reversa, Tadeu, um pouco diferenciada. De incluir esses materiais, essas empresas. Então, portanto, que fornece esse material. E a prefeitura teria algum subsídio por conta de ser o produto final diferenciado dos outros, de uma televisão, de uma geladeira, enfim. Então vai aí, uma observação aí para discussão na AMLURB. Que eu acho que é possível fazer essa discussão aí, de encaixar na logística reversa, também, o RCC. Ainda que, a gente sabe que é de responsabilidade da fonte geradora. Mas a gente sabe também que o resíduo que está no logradouro público, ele passa a ser público. A outra observação é em relação a projeto. Não sei se é o momento. Até porque pelo adiantado da hora, mas quando eu coloquei aqui, Cristina, projeto, eu falei de plano. Projeto é uma coisa, plano é outra. Essa observação eu quis fazer naquela hora. Não sei se fui bem entendido. E pelo que eu entendi da apresentação, ele se encaixa muito bem em um plano de ação. Que é diferente de projeto. Então eu acho que por aí dá para a gente trabalhar um pouco com essa expectativa, e com essa demanda aí, da AMLURB. Então, ainda nessa área de serviços, que tem tudo a ver aqui com essa Secretaria, que a gente é quase que uma só, eu diria assim. Porque é um serviço muito compatível um com o outro. Aliás, têm algumas prefeituras que essa parte de resíduo acaba ficando até na Secretaria de Meio Ambiente. Que eu não concordo com isso. Eu acho que uma coisa é a Secretaria meio, outra coisa é a Secretaria fim. Eu acho que desse jeito esse desenho é um bom desenho. Mas também, eu esqueci de informar a respeito das sacolinhas verdes. As sacolinhas verdes deveriam estar entrando, eu falei deveria porque houve um certo ruído. Tudo que é muito grande, tudo na escala de São Paulo, não é fácil. Os pactos nem sempre são do tamanho que a gente quer, e na hora que a gente quer. Tudo tem que ser muito bem



pactuado. E tem que ter muita paciência, também. Nas sacolinhas dos plásticos envolve diretamente a Associação de Supermercados, envolve o Sindicato dos Plásticos, trabalhadores, envolve as empresas da produção de plástico, e envolve também uma adequação desse parque industrial para essa nova sacola, que é a sacolinha verde. Então, quando eu falei deveria estar sendo implantado no dia 5, provavelmente não será no dia 5, não é isso, Tadeu? Mas talvez, mais 30 dias. Que eu acho justo até, que é para adequar a indústria para esse novo modelo de sacola. Mas que também eu gostaria de dizer, de frisar, que é mais um projeto importante e estruturante para a cidade, porque não é só simplesmente uma troca de sacolinhas. Não é isso. Tem toda aí uma característica de educação ambiental por trás. Também é estratégico para a implantação da coleta seletiva na cidade de São Paulo como um todo. Então esse projeto, eu diria que ele foi assim, de uma percepção, de uma sensibilidade muito grande, e que vai ter um grande resultado para a cidade de São Paulo. É claro que esses projetos não dão resultado imediato. Mas no tempo, com certeza, vai dar. Foi uma grande sacada não proibir a sacolinha. Transformar a sacolinha com outro uso, com outro sentido. Isso foi muito bom. Agora, têm esses problemas de ajuste. Ajuste na fábrica, ajuste com o sindicato de supermercados. Do tipo, quem paga a conta, vai custar mais ou vai custar menos, a sacolinha. Como se eles doassem a sacolinha. É uma conversa fiada. A sacolinha nunca foi doada. Nunca foi de graça. Evidente que ela está diluída ali, no preço. Isso é óbvio. Ninguém dá nada para ninguém. Mas também, nós tomamos esse cuidado para que a sacola também não fosse um preço absurdo para também, acabar interferindo no bolso das pessoas. É por isso que a gente chegou nessa solução híbrida neste primeiro momento. Não é isso, Tadeu? Meio vegetal e meio fóssil. Para que não seja uma mudança tão radical assim, tanto no âmbito da produção de resina, quanto no âmbito do preço, também. Então é mais um projeto aí, que eu acho que vai ser de grande ganho para a cidade de São Paulo. Mas vamos ser... Eu sou otimista. Eu estou um pouco assim. Eu estou muito cansado. Só isso. É físico. Mas vamos ser otimistas. Nós vamos vencer essas coisas. Com certeza vai ter recurso para todos, com certeza, a presidente Dilma vai ter a sensibilidade de regulamentar a dívida. Já teve um pouco, a questão do IPTU, que deu uma aliviada. E aí eu tenho certeza que também, com a ajuda do Vinícius, da sensibilidade dele, que neste fórum aqui ele já virou um ambientalista, ele vai estar sempre torcendo muito mais por nós. O bom é ser transparente. É não ficar aqui, enganando as pessoas. Mas também, ser positivo. Ao final, tudo dará certo.

**Coordenadora Claudete:** Obrigado, Secretário. Vou passar a palavra agora, para o nosso Secretário Executivo, o Rubens, que vai fazer a apresentação dos próximos pontos de pauta. E com a ajuda da Sandra de DAF, vai falar também sobre prestação de contas, que foi a pedido dos Conselheiros.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Bom dia a todos. Eu projetei aqui o quadro que o Departamento de Administração e Finanças que a Secretaria nos encaminhou e eu pediria para a Sandra estar colocando esses números para os Conselheiros, para que a gente possa dar continuidade na pauta.

**Sandra:** Sandra, DAF. Cristina, esse quadro aí, tentando responder a sua indagação quanto àquela informação do jornalista, então ali, nós tínhamos já, fechado, 2013 a 2014. E acabamos de fechar ontem, o de 2014. Então, na realidade, com relação à inspeção que é receita diversa corrente, em dezembro de 2013, nós tínhamos 142 milhões. E encerramos 2014 com 89.349. Então é isso que tinha, na realidade, no decorrer do ano. Então hoje, acabamos de fechar agora. Hoje nós temos, no FEMA, líquido, R\$ 184.246.469,73. Que até ontem, nós... Essa aqui é a nova, que eu pedi para descer. Como o sistema abriu... Já os pagamentos de 2015 já abrindo e já fechando... Estou passando... Que esse aqui é o mais atual ainda. Então teoricamente, como não dá para apurar, efetivamente, o que deixou de ser recolhido ou não com relação à inspeção veicular, o que nós vamos poder observar aqui, receita diversa corrente, de um ano para





o outro, em 2013 foram arrecadados 142 milhões. Ressaltando que isso daí também tem resultado de aplicação. Tem um monte de anexos. No outro exercício, somente arrecadamos, ou tínhamos em conta, 112 milhões. Quer dizer, por aí, já tem uma diferença de 30 milhões. E assim que nós conseguirmos conciliar todo o banco, nós vamos ter uma posição melhor. Mas teoricamente, por enquanto, 30 milhões que nós deixamos de arrecadar. Isso com relação ao FEMA.

**Cons. Cristina Antunes:** Agora, esses valores têm origens diversas. E eu imaginava que isso daqui fosse identificável. Quer dizer, quanto veio de cada fonte. Inclusive porque TCA, por exemplo, tem aí uma divergência, mas...

**Sandra:** Mas é o terceiro item. É só olhar. TCA, receita diversa corrente, e o crédito de carbono, porque não houve leilão nenhum, ainda.

**Cons. Cristina Antunes:** Mas então, é que têm alguns que são carimbados.

**Sandra:** São aplicações. Isso.

**Cons. Cristina Antunes:** Então, hoje nós temos uma resolução que determina em que pode ser aplicado isso. E o crédito de carbono, eu imaginei que tivesse também, uma identificação nesse sentido. No que pode aplicar. Assim como, por exemplo... Crédito de carbono, não. A inspeção veicular. Inspeção veicular. Porque o crédito de carbono também tem. Quer dizer, só pode ser aplicado em determinadas ações. A inspeção, não? A inspeção pode ser aplicada... Então, a inspeção está no bojo do que foi gasto? De diversas...

**Sandra:** Receitas diversas correntes. Isso.

**Cons. Cristina Antunes:** Então não dá para saber... Não dá para confirmar o que o repórter alegou, que havia 93 de inspeção veicular, que na verdade, não precisava ser aplicado em objetivos específicos. Foi para o bolo?

**Sandra:** Não, não. Está no bolo. Ele é classificado como receitas diversas correntes. Só estou te falando assim: ele não tinha 93. Tinha mais.

**Cons. Cristina Antunes:** Entendi.

**Sandra:** Entendeu? Tinha mais.

**Cons. Cristina Antunes:** E essa diferença que você falou, 30...

**Sandra:** É que na realidade assim... A outra pergunta sua foi com relação assim: quanto nós deixamos de arrecadar? Então, o que nós tentamos te responder é assim: quando tinha inspeção, foi arrecadado 142, e agora só tem 112.

**Cons. Cristina Antunes:** Mas quanto foi arrecadado de inspeção é possível saber?

**Sandra:** Sim.

**Cons. Cristina Antunes:** E quantos então, em uma projeção, seria no mínimo, a mesma coisa.

**Sandra:** E é o que nós estamos fechando até hoje. 142 foi para 112. Teoricamente a diferença entre um exercício e outro.



**Cons. Cristina Antunes:** É. Mas não teria só de inspeção. TCAs a mais ou a menos...

**Sandra:** O outro é 2%, não entra muito não.

**Cons. Cristina Antunes:** Obrigada, Sandra.

**Cons. Sônia:** Eu só queria levantar aqui, uma dúvida com relação a esse quadro. A gente tem ali um saldo bancário de dezembro de 2013. Ali, de receitas diversas, têm 142 milhões. Isso não é o arrecadado. É o saldo. Isso é o saldo. Não o arrecadado. Então a gente não sabe o quanto foi arrecadado em 2013, ou quanto em 2012, ou quanto em 2011, aí. E aí a gente tem o empenhado e um pago. Um pago de 95, é isso? E um saldo de 112. Aí a gente tem, nesse movimento, o que foi arrecadado no ano de 2014, que não tem aqui uma coluna de arrecadados. Só tem uma coluna de pago.

**Sandra:** Sônia, esse aí foi tentando responder... como você não estava na reunião, foi tentando responder a indagação da Cristina, que ela falou que um jornalista disse a ela... a informação que ela teve é que nessa data teria só 93 milhões na conta, com relação à inspeção. Então nós trouxemos o extrato, que na realidade, são 142 milhões. Sim, o que é saldo bancário é o que é arrecadado. É o que entra na conta.

**Cons. Sônia:** Saldo bancário é o saldo bancário. O arrecadado no período é o que entrou. Então aqui, 2014, o arrecadado em 2014, que não tem nessa planilha...

**Sandra:** Tem nessa atual, que nós fechamos ontem. Está aí. Que eu distribuí agora.

**Cons. Sônia:** Aonde que está o arrecadado? Aonde?

**Sandra:** Está aqui, 112 milhões, nós temos hoje.

**Cons. Sônia:** Não. 112 é o saldo.

**Sandra:** Mas é o que foi arrecadado. Porque nós estamos fazendo a conciliação de cada recurso que entra.vc entendeu? A conciliação, nós não terminamos ainda, de fazer.

**Cons. Sônia:** Então porque aqui a gente tem um saldo em dezembro de 2013, de 142. Um pago de 86. E um saldo de 112. Para saber o arrecadado, eu faria: 142 menos 86... Não. 112... Como é que é? Espera um pouquinho. Deixa eu ver. Deixa eu raciocinar.

**Sandra:** É que o empenhado foi 111, mas esse equipamento utilizado, só 86.

**Cons. Sônia:** Não, não. Não estou falando do empenhado. Mas o saldo bancário...

**Sandra:** Aí, o saldo bancário estava 112.

**Cons. Sônia:** Eu sei. Mas o saldo bancário é um dado de volume de recursos na conta.

**Sandra:** Sim.

**Cons. Sônia:** Está certo?

**Sandra:** É conciliado um a um.

**Cons. Sônia:** Ele é resultado de um saldo anterior, menos o que gastou mais o que entrou.



**Sandra:** Não. Mas ele é conciliado um a um. Cada entrada, com cada guia paga.

**Cons. Sônia:** Não, eu sei. Eu entendo isso. Eu entendo isso.

**Claudete:** Eu pediria só uma questão de ordem que é o seguinte: a ideia de hoje era só um esclarecimento da pergunta que foi feita na reunião passada. Mas de qualquer forma, nós podemos...

**Cons. Sônia:** Eu entendi. O que eu estou dizendo é que não está aqui. Esse quadro não responde à pergunta.

**Cons. Cristina Antunes:** Eu falo que essa parte financeira para mim, é grego.

**Claudete:** Podemos, de qualquer forma, sempre voltar como ponto de pauta na próxima reunião.

**Cons. Cristina Antunes:** Porque de fato, a Sônia tem razão. O que está aqui, os 142, não é o que tinha de inspeção veicular. Não é o que entrou de inspeção veicular. Então, a gente continua sem saber qual foi essa entrada. Realmente, a Sônia tem razão. Não está discriminado, quanto entrou, nem de Termo de Compensação. É um saldo em 2013. A gente quer saber quanto entrou de cada TCA, a soma de todos os TCAs que entraram. Inclusive porque nós temos também, nessa parte de TCA, nós temos dinheiro que é carimbado, e a gente quer saber onde foi. Só do metrô são mais de 30 milhões que a gente sabe que estão aqui. Mas aqui, se somar tudo agora, já não está fechando a conta. Porque tem um tanto de inspeção, tem um tanto de...

**Sandra:** (incompreensível) sistema, e está pagando as coisas. Exatamente.

**Cons. Cristina Antunes:** Então precisa... A gente realmente precisa disso discriminado.

**Sandra:** Eu só discordo de uma coisa. Saldo bancário, efetivamente, no fechamento do balanço, ele mostra... ele para, ele mostra efetivamente o que foi arrecadado.

**Claudete:** Sandra, poderíamos então incluir como ponto de pauta, discriminando todas as... Certo? Entraria para a próxima reunião. Como ponto de pauta da próxima reunião. Certo? Volto a palavra para o Rubens, então.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Bom, então dando continuidade então, à ordem do dia, após a apresentação da AMLURB, nós temos apreciação e deliberação dos projetos apresentados ao CONFEMA. Então, o primeiro processo seria apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de vigilância e segurança para os parques municipais que integram o grupo Itaquera. O PA é o 2013.0.288185-6. Pois não. Uma questão de ordem. Então Cristina e Sônia.

**Cons. Cristina Antunes:** Eu peço licença e peço desculpas. Toda essa parte de manejo eu, invariavelmente, vou votar contra porque eu acho que não... Já dei explicações disso dezenas de vezes. E eu lamento só por conta do último item da pauta, que é a reapresentação, pelo que eu entendi, do projeto da Cinco Elementos. Vocês vão voltar com o Cinco Elementos. Eu, na última reunião, defendi a reconsideração desse projeto e desde que tenha sido atendida aquela questão de interpretação, eu aprovaria. Eu vou pedir licença, Claudete, até para não interromper depois. Eu vou me retirar. Eu teria realmente que sair às 11h20. Vou me retirar sem muita dor na consciência, porque realmente, eu sei que vai ser aprovado. Mas eu sei que eu votaria contra qualquer operação de manejo e manutenção, e vigilância. E eu devo só registrar que, finalmente, depois de 11 meses, o setor oeste do Parque do Cordeiro foi reaberto, porque agora



chegou uma (incompreensível). Isso faz uma semana. Então eu quero registrar. Eu lamento essa demora que realmente prejudicou a população inteira. Eu entendo essa questão de licitação. Eu entendo os problemas que vocês têm com essa questão de licitação. Mas entendo também que é uma questão de gestão. A gente pediu outras providências que não foram atendidas, para não precisar fechar o Parque. E o pior: a gente não podia nem comunicar aos moradores que era por falta de vigilância. Porque se essa notícia corre, o parque vai ser invadido. Então foi um período muito desagradável. Muito desconfortável. Nós brigamos muito para abrir o setor oeste. Abriu em novembro, e em março fechou. Mas eu preciso registrar que finalmente foi aberto. Muito obrigado. Peço desculpas por me retirar.

**Claudete:** Fica registrada a posição da Conselheira Cristina. Rubens, por favor.

**Cons. Sônia:** Eu queria um compromisso do departamento responsável em SVMA para apresentação da prestação de contas de todos os contratos de vigilância e manejo nos parques que foram aprovados aqui no FEMA. E registro também aqui, aproveitando a fala da Cristina. A gente tem vários parques que a gente aprovou a dotação orçamentária para contratação de vigilância em março e abril de 2014, e que a vigilância está sendo contratada agora. Eu acho que não tem explicação para isso. Desculpa. Eu gostaria de ver essa prestação de contas para entender o que aconteceu. Mas eu acho que é necessário esclarecer.

**Claudete:** Fica como ponto de pauta para a próxima. Sandra, quer responder?

**Sandra:** Sandra, DAF. Assim, durante o exercício do ano passado, no primeiro semestre, teve uma única licitação na Secretaria, que foi da inspeção veicular, que infelizmente não prosperou. Durante o segundo semestre foram, no total, que inclusive são as ordens de início que vão ser dadas agora, que nós vamos tentar contemplar quase todos os parques daqui do município, foram efetuadas 31 licitações. Problemas de documentação, de atraso, de falta de comissões, que todas foram instaladas quanto esta administração chegou. Então foram 31 licitações no segundo semestre. Muitas, infelizmente, terminaram no fim do exercício. Aí já não tinha como... Embora aprovados, os recursos não foram utilizados. Então na realidade, é isso. Então há de se ter o critério de diferença entre prestação de contas e problemas administrativos que fogem aí, da competência de todos nós, por problemas apresentados. Postergação... Não, não. Prestação de contas é uma coisa. Agora, o porquê atrasou, infelizmente, é toda máquina que teve problema. A empresa não quis renovar. O Guilherme está aqui, de DEPAVE. Realmente é o que o Secretário falou. As empresas não queriam renovar por N motivos. Teve esse problema. O Cordeiro foi um deles. Teve muito problema. Que a gente estava falando ontem, inclusive. Então é assim: a prestação de contas, com o sistema abrindo, nós estamos fechando a prestação de contas, o sistema. Mas a prestação de contas porque não foi utilizado, eu acredito que foi um problema da Secretaria, administrativo. Que foi solucionado com essas 31 licitações, que se encerraram, e vão começar todas as vigilâncias e os manejos dos parques, agora.

**Claudete:** Obrigada. Sônia, infelizmente, temos que encerrar...

**Cons. Sônia:** Deixa eu só fazer uma observação. A prestação de contas, ela inclui o financeiro e o cronograma e a execução. Principalmente a execução. A prestação de contas é a execução do objeto contratado. Então é necessário fazer a prestação de contas, e justificar o atraso. A gente tem que fazer isso. A prestação de contas que a Salete fez aqui hoje é exemplar. Então, é necessário. O financeiro é necessário, é necessário. Mas faz parte também. Eu, Sandra, eu parabeno a equipe que está nesse momento na gestão, porque conseguiu resolver o problema. Porque o problema foi sério. Foi sério. Mas precisa ser esclarecido.



**Coordenadora Claudete:** Certo. Fica registrado como ponto de pauta para a próxima reunião. Rubens, por favor. Encerramos a discussão. Não temos tempo, Conselheiro Ivo. Não temos tempo agora. Passo a palavra para o Rubens, por favor.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Bom, então, voltando ao ponto de pauta, a gente vai analisar a solicitação de recurso para contratação de serviços de vigilância e segurança para os parques municipais que integram o grupo Itaquera. Processo 2013.0.288.185-6, proponente é a SVM-DEPAVE. Valor total da contratação, R\$ 7.565.342,30. Análise da proposta: trata o presente processo da nova contratação pelo período de 12 meses, de serviços de vigilância e segurança patrimoniais desarmada, para os parques municipais que integram o grupo Itaquera, cujo objeto inclui serviço de vigilância e segurança de áreas verdes. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral. Análise econômica e orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, folhas 712, com relação à necessidade da realização do serviço técnico de segurança e vigilância para os parques que integram o grupo Itaquera, manutenção e preservação de áreas verdes do município. Face ao exposto, DAF G solicita que seja aprovado o valor total de recursos, no montante de R\$ 7.565.342,30 para o presente exercício, 2015, folhas 712. Sendo assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, sob folhas 713 a 742, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes, para a nova contratação. O enquadramento, eu vou ler o primeiro. Os próximos se repetem então vou ler só o primeiro. Com base no parecer da PGM, de folhas 713 a 742, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente que determina explicitamente, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, precipuamente, a apoiar, entre outros, a manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental. Ainda preconiza o parecer que o próprio CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da lei 14.887 de 2009, e artigo 6º e 35, inciso 1 do decreto 52.153 de 28/2/2011 estabeleceu, entre as diretrizes para utilização de recursos do FEMA, a expansão, manejo e conservação de áreas verdes, e unidades de conservação e parques urbanos, lineares e naturais. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2015, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela PGM, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 7.565.342,30. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Eu lembro que nesse parecer não consta o número da resolução do CADES, das diretrizes do CADES, porque essa resolução, ela foi aprovada na quarta-feira, dia 28. A resolução das novas diretrizes é a resolução 171/CADES/2015. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então nós temos quatro votos favoráveis...

**Cons. Sônia:** Eu quero me abster dessas próximas votações. Eu não tenho segurança de votar sem essa prestação de contas, porque a gente aprovou muitos valores. Valores muito altos aqui, e não teve esse retorno. Eu acredito que a vigilância seja um serviço necessário para os parques. Mas eu realmente gostaria de entender essa quantificação em recursos, do valor desses serviços. A gente ouviu uma declaração, na quarta-feira, de um representante da Guarda Municipal, dizendo que os contratos com os vigilantes dos parques são de pessoas não-qualificadas. Eu fiquei bastante incomodada. Fiquei mesmo. Então eu realmente acho que a gente precisa se debruçar com cuidado sobre isso, porque é muito dinheiro.





**Secretário Executivo Rubens Borges:** Ok. Então fica registrado a questão da Conselheira Sônia. Então o projeto fica aprovado por quatro votos favoráveis e uma abstenção. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação da contratação de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada dos parques municipais que integram o grupo Sul. Processo 2013.0.164.017-0. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 5.453.074,60. Análise da proposta: trata o presente processo de nova contratação pelo período de 12 meses, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, para os parques municipais que integram o grupo Sul, cujo objeto inclui serviços técnicos de segurança e vigilância patrimonial das áreas verdes. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, de folha 700, com relação à necessidade da realização de serviços técnicos de segurança e vigilância para os parques que integram o grupo Sul, manutenção e preservação de áreas verdes do município. Face ao exposto, DAF G solicita que seja aprovado o valor dos recursos, no montante de R\$ 5.453.074,60 para o presente exercício, 2015, conforme folha 700. Sendo assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, sob folhas 701 a 730, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes para a nova contratação. O enquadramento se repete, então a gente vai para a conclusão. Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2015, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela PGM, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 5.453.074,60. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para o prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 2015. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos quatro votos favoráveis e uma abstenção da Conselheira Sônia. Próximo ponto é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de conservação dos parques urbanos, dos viveiros municipais, dos parques naturais, e das áreas de proteção ambiental, agrupamento 7, lote 7, parque Ibirapuera. PA 2014.0.307.071-3. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 13.566.843,56. Análise da proposta: trata o presente processo de nova contratação pelo período de 12 meses de serviços de manejo, manutenção e conservação de parques urbanos, dos viveiros municipais, dos parques naturais, e das áreas de proteção ambiental do agrupamento 7, lote 7, parque do Ibirapuera, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes. A presente contratação tem destaque em sua relevância, na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral. Análise econômica e orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, folha 124, com relação à necessidade de realização de manutenção e preservação de áreas verdes do município. Face ao exposto, DAF G solicita que seja aprovado o valor total dos recursos, no montante de R\$ 13.566.843,56 para o presente exercício, 2015, conforme folha 124. Sendo assim, com base no parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, de folhas 125 a 135, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes para a nova contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2015 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela PGM que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 13.566.843,56. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos quatro votos favoráveis e uma abstenção. Próximo ponto é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços técnicos de manejo de parques urbanos, de



viveiros municipais, parques naturais e das áreas de proteção ambiental. Agrupamento 6, lote 6, sudeste-sul. Processo 2014.0.313.375-8. Proponente, SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 4.929.182,55. Análise da proposta: trata o presente processo de nova contratação pelo período de 12 meses, dos serviços de manejo, manutenção e conservação de parques urbanos, dos viveiros municipais, dos parques naturais e das áreas de proteção ambiental, agrupamento 6, lote 6, sudeste-sul, cujo objeto inclui o serviço de limpeza externa e conservação de áreas verdes. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral. A presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, folha 148, com relação à necessidade da realização de manutenção e preservação das áreas verdes do município. Face ao exposto, DAF G solicita que seja aprovado o valor total dos recursos, no montante de R\$ 4.929.182,55 para o presente exercício, 2015, conforme folha 148. Sendo assim, com base no parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, sob folhas 149 a 159, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes para a nova contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2015 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela PGM que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 4.929.182,55. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos quatro votos favoráveis e uma abstenção. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços técnicos de manejo e conservação do Parque do Carmo. Processo 2014.0.271.576-1. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 4.836.638,55. Análise da proposta: trata o presente processo de nova contratação pelo período de 12 meses, serviços de manejo, manutenção e conservação do Parque do Carmo, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, folhas 167, com relação à necessidade da realização de manutenção e preservação das áreas verdes do município. Face ao exposto, DAF G solicita que seja aprovado o valor total dos recursos, no montante de R\$ 4.836.638,55 para o presente exercício, 2015, conforme folha 167. Sendo assim, com base no parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, sob folhas 168 a 178, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes, para a nova contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2015 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela PGM que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 4.836.638,55. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos quatro votos favoráveis e uma abstenção. Próximo ponto é apreciação e deliberação sobre contratação de serviço técnico de manejo e conservação do agrupamento 5, lote 5, sul. Parque municipais Guanhembu, Linear Cocaia, Linear Caulim, Linear 9 de Julho, Guarapiranga, Aristocrata, e Linear Castelo. Processo 2014.0.313.380-4. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$5.126.512,82. Análise da proposta: trata o presente processo de nova contratação pelo período de 12 meses de serviços de manejo, manutenção e conservação dos parques que compõem o agrupamento 5, lote 5, Sul. Parque municipais Guanhembu, Linear Cocaia, Linear Caulim, Linear 9 de Julho, Guarapiranga, Aristocrata, e Linear Castelo cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes. A presente proposta tem destaque



em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, sob folha 177, com relação à necessidade da realização de manutenção e preservação das áreas verdes do município. Face ao exposto, DAF G solicita que seja aprovado o valor total dos recursos, no montante de R\$ 5.126.512,82 para o presente exercício, 2015, conforme folha 177. Assim sendo, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, sob folhas 178 a 190, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes para a nova contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2015 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela PGM que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 5.126.512,82. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então a proposta está aprovada por quatro votos favoráveis e uma abstenção. Próximo ponto é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços técnicos de manejo e conservação dos parques municipais do grupo Leste 2. Nebulosas, Guabiobeira, Jardim da Conquista, Jardim Sapopemba, Lajeado, Guaratiba, e Aterro Sapopemba. Lembrando que a reportagem do Bom Dia São Paulo hoje, foi justamente no Parque Nebulosas, que é o parque que está sendo contemplado agora, nesse contrato. O processo, 2014.0.313.384-7. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$5.799.189,71. Análise da proposta: trata o presente processo de nova contratação pelo período de 12 meses, de serviço de manejo, manutenção e conservação de parques, que compõem o grupo Leste 2. Parque Nebulosas, Guabiobeira, Jardim da Conquista, Jardim Sapopemba, Lajeado, Guaratiba e Aterro Sapopemba, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral. A presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, de folhas 95, com relação à necessidade da realização da manutenção e preservação de áreas verdes do município. Face ao exposto, DAF G solicita que seja aprovado o valor total dos recursos, no montante de R\$ 5.799.189,71 para o presente exercício de 2015, conforme folha 95. Sendo assim, com base no parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, sob folhas 96 a 104, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes para a nova contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2015, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela PGM que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 5.799.189,71. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos quatro votos favoráveis e uma abstenção. O projeto está aprovado. O último ponto de pauta é apresentação e deliberação de ajuste do projeto de educação ambiental para a transição agroecológica nas áreas de proteção ambiental Bororé Colônia e Capivari Monos. Ela foi apresentada pela Instituição Cinco Elementos. A Simone, que fez parte da Comissão de avaliação técnica do projeto, vai apresentar... dar o retorno se aquela condicionante que foi solicitada no dia 16 de janeiro, na reunião do dia 16, foi atendida. Então eu passo a palavra para a Simone.

**Simone:** Bom dia a todos. Então eu vou apresentar referente ao projeto que se chama Educação Ambiental para Transição Agroecológica nas Áreas de Proteção Ambiental Bororé Colônia e Capivari Monos, que foi solicitado pela ONG Cinco Elementos, na zona sul, na subprefeitura de Parelheiros e Capela do Socorro. O projeto foi aprovado pela



CAV, com a pontuação de 133, que tem como objetivo geral formar agricultores com conhecimento técnico em agricultura orgânica e gestão de negócios por meio de aulas teóricas e práticas, acompanhar o processo de conversão para o sistema de produção agroecológica pelo acompanhamento técnico quinzenal, apoiar a comercialização em mercados institucionais, ou venda direta, e orientar os participantes a ingressar nos grupos de associações de agricultores já formados localmente, estimulando a consolidação da agricultura orgânica e biodinâmica na região. Os objetivos específicos foram apresentados na reunião passada. Diante de todos os ajustes solicitados, tinha ficado uma pendência, que era a contrapartida. Que eles tinham apresentado um valor que não é o valor da contrapartida, e nós conversamos com eles, e eles fizeram ajuste e mandaram o valor correto da contrapartida, e assim, a CAV aprovou esse projeto.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Eu não estava na última reunião. Então eu não sei se já houve votação do projeto. Se ele foi aprovado com condicionante ou se ele não chegou a ser votado.

**Coordenadora Claudete:** Eu acho que ele foi aprovado com condicionante. Acho que sim.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Bom, então, eu não vejo necessidade de uma nova aprovação, uma vez que ele já está aprovado. Então a gente só está dando o retorno do cumprimento da condicionante.

**Cons. Ivo:** Só queria confirmar se não foi esse projeto que o próprio Wanderley sugeriu que ia-se para o jurídico verificar, porque é uma questão de renda, que talvez não houvesse pertinência legal, o FEMA... Por isso que a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo. Que a pertinência legal da aprovação. Quer dizer, ficou nesse passo.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Na verdade, não foi por conta desse projeto, mas da maioria deles. Porque todos eles apoiam a comercialização dos produtos de agricultura orgânica. Na verdade, o jurídico, ele não se posicionou, porque o entendimento do jurídico é de que é uma questão técnica e não jurídica. Mas, nós tomamos por base outros editais, e a própria legislação... Então, o Fundo Nacional, o FEIDRO, fundos que apoiam projetos ambientais, pela característica de serem fundos socioambientais, eles também têm uma característica social. Então, não há restrição... pelo menos, nunca houve questionamento por parte do Tribunal de Contas ou do Ministério Público, com relação ao apoio à comercialização. Então a gente deu isso como uma fase encerrada, entendendo que essa possibilidade não traz prejuízo algum para o edital. Pelo contrário, ele incentiva o agricultor a praticar uma quantidade maior de agricultura agroecológica.

**Cons. Ivo:** Aumentar a demanda. Que a gente, sendo da Saúde, sabe que o que falta desse orgânico para a saúde das crianças, principalmente.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então, e o apoio é uma forma de fazer chegar isso até a população. Ok?

**Cons. Ivo:** Está bom. Obrigado.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Bom, então eu acho que independe de votação. Fica dado o retorno de que foi cumprido a condicionante. Os próximos passos seriam o encaminhamento da documentação para assinatura do convênio. Agradeço à Simone.

**Claudete:** Obrigada, Rubens. Obrigada. O nosso último ponto de pauta seria a questão dos pontos que foram sugeridos no início, para inclusão na reunião de hoje, que na verdade, pelo entendimento que eu tenho, ficam para a próxima reunião. Então nós



tivemos a sugestão da questão hídrica, a questão do uso e ocupação do solo, o Secretário sugeriu convidar a Hélia de DEPLAN. E tivemos também, a questão da prestação de contas. Então fica tudo para a próxima. Conselheira Sônia.

**Cons. Sônia:** Eu só queria fazer um complemento sobre a questão hídrica. Eu não sei exatamente o que pode ser feito em curto espaço de tempo, porque abrir um edital demora bastante tempo. Eu estou vendo que esses editais, até conseguir lançar o edital, receber as inscrições, e colocar em prática, eu queria sugerir que o FEMA pudesse, de alguma forma, ajudar financeiramente a própria Secretaria, em conjunto com outras Secretarias, que estabelecesse uma agenda de comunicação com a população. Isso é uma coisa muito urgente. Então eu não sei como que poderia ser feito isso, mas enfim, acho que vocês conhecem melhor.

**Coordenadora Claudete:** Passo a palavra para a Ellen, que ela tem um esclarecimento sobre essa questão.

**Ellen Simonini:** Bem, eu estou em contato com o senhor Hassan. Ele é diretor do Centro de Gerenciamento Emergencial. Ele deu uma palestra na semana passada, sobre chuvas de verão. E eu pedi que ele viesse aqui também, fazer essa apresentação. Tanto aqui quanto no CADES, também. Para esclarecer como a prefeitura está agindo em relação a esse assunto. Que é um assunto muito importante. Então a intenção é que no dia 6, ou em uma próxima reunião, ele venha aqui também, estar fazendo essa apresentação.

**Coordenadora Claudete:** Mais alguma questão, conselheiro Ivo?

**Cons. Ivo:** Eu queria fazer uma colocação sobre a questão da vigilância. Porque nós fizemos, tanto no conselho de educação, quanto da saúde, colocamos no regimento, a necessidade que o vigilante tenha uma qualificação de mediador de conflito. Isso é: aprenda a mediar conflito. Que as empresas colocam qualquer um. Qualquer um, lá. Ela está ganhando em cima. Às vezes, a pessoa não tem qualificação nenhuma. E vai depender do contrato. Não adianta contratar gente que é desqualificada para tomar conta de um parque. Então a gente convive muito com isso. A gente tem observado essas questões. Eu estou falando que a chave está no contrato. Fazendo um contrato que obrigue, eu acho que a gente vai melhorar a qualidade de trabalho dos parques na vigilância. Obrigado.

**Coordenadora Claudete:** Ok. Obrigada. Essa questão também já foi levantada pela Conselheira Sônia. Com certeza vamos voltar a esse tema. Então vamos encerrar. Queria agradecer a presença de todos e agradecer a apresentação do Rubens. E esperamos vocês na próxima reunião. Obrigada.

**Wanderley Meira do Nascimento**  
Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA





---

Conselheiros Presentes:

Humberto Massahiro Hideshima  
Ivo Carlos Valencio  
Pedro de Lima Marin  
Sandra Gloria Teixeira  
Vinicius dos Santos Pereira Reis

CLAUDETE VALDELENA DE CARVALHO  
Coordenadora Geral do CONFEMA

RUBENS BORGES  
Secretário Executivo